



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

Subvenções e assistências governamentais no Brasil: Estado da arte da produção científica

Government grants and assistance in Brazil: State of the art of scientific production

Subvenciones y ayudas gubernamentales en Brasil: Estado del arte de la producción científica

<https://doi.org/10.36517/contextus.2026.95619>

Ana Beatriz Vieira de Sousa

<https://orcid.org/0009-0000-1441-7964>

Mestra em Administração e Controladoria pela
Universidade Federal do Ceará (UFC)
anabeatrizvdsousa04@gmail.com

Matheus Lima Silva

<https://orcid.org/0009-0002-9357-4953>

Mestre em Administração e Controladoria pela
Universidade Federal do Ceará (UFC)
matheuslimasilvadojo@gmail.com

Paulo Henrique Nobre Parente

<https://orcid.org/0000-0002-4616-7370>

Professor na Universidade Federal do Ceará
(UFC)
Doutor em Ciências Contábeis pela
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
paulo.parente@ufc.br

Augusto César de Aquino Cabral

<https://orcid.org/0000-0001-8248-4886>

Professor na Universidade Federal do Ceará
(UFC)
Doutor em Administração pela Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG)
cabral@ufc.br

Sandra Maria dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-8515-9146>

Professora na Universidade Federal do Ceará
(UFC)
Doutora em Economia pela Universidade
Federal de Pernambuco (UFPE)
smsantos@ufc.br

Informações sobre o Artigo

Submetido em 27/06/2025

Versão final em 01/05/2026

Aceito em 02/05/2026

Publicado online em 22/07/2026

Comitê Científico Interinstitucional

Editor-Chefe: Diego de Queiroz Machado

Avaliado pelo sistema *double blind review*
(SEER/OJS – versão 3)



RESUMO

Contextualização: A crescente relevância das Subvenções e Assistências Governamentais (SAG) na promoção do desenvolvimento econômico e social no Brasil, especialmente após a adoção do Pronunciamento Técnico (CPC) 07, motiva a análise da produção científica nacional sobre o tema.

Objetivo: Este estudo teve como objetivo geral investigar o estado da arte das pesquisas brasileiras sobre SAG entre os anos de 2008 e 2024. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as principais abordagens teóricas e metodológicas adotadas, mapear os temas mais recorrentes nas pesquisas e analisar os perfis dos pesquisadores envolvidos.

Método: A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, baseada na plataforma Web of Science. Adotou-se o protocolo metodológico RBS – Roadmap, composto pelas etapas de entrada, processamento e saída, com apoio do software StArt para organização e análise dos dados.

Resultados: Os resultados indicam uma predominância de estudos desenvolvidos em parceria, majoritariamente compostos por autores do sexo masculino vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu. As metodologias utilizadas foram, em sua maioria, quantitativas, com delineamentos descritivos. Os temas abordados concentraram-se nas áreas de sustentabilidade socioambiental, evidênciação contábil, estratégia empresarial e sustentabilidade de produtos. Destaca-se, ainda, a recorrente menção à complexidade do sistema tributário brasileiro como fator limitante à efetividade das SAG.

Conclusões: Apesar da ampliação do debate acadêmico sobre o tema, ainda há espaço para aprofundar abordagens críticas e explorar dimensões práticas e gerenciais das SAG no cenário brasileiro. A pesquisa contribui ao identificar lacunas e orientar futuras investigações, além de reforçar a importância de políticas públicas mais transparentes e eficazes.

Palavras-chave: subvenção governamental; assistência governamental; SAG; CPC 07; Web of Science.

ABSTRACT

Background: The growing relevance of Government Grants and Assistance (GGA) in promoting economic and social development in Brazil, especially after the adoption of Technical Pronouncement (CPC) 07, motivates the analysis of national scientific production on the subject.

Purpose: This study aimed to investigate the state of the art of Brazilian research on GGA between 2008 and 2024. As specific objectives, it sought to identify the main theoretical and methodological approaches adopted, map the most recurrent research themes, and analyze the profiles of the researchers involved.

Method: The research was conducted through a systematic literature review based on the Web of Science platform. The methodological protocol referred to as the RBS – Roadmap was adopted. This protocol comprises the stages of input, processing, and output, with the support of the StArt software for data organization and analysis.

Results: The findings indicate a predominance of studies developed in collaboration, mostly authored by male researchers affiliated with stricto sensu graduate programs. The methodologies were predominantly quantitative, with descriptive designs. The topics addressed focused on socio-environmental sustainability, accounting disclosure, business strategy, and product sustainability. Additionally, the complexity of the Brazilian tax system was frequently mentioned as a limiting factor to the effectiveness of GGA.

Conclusions: Despite the expansion of the academic debate on the topic, there is still room to deepen critical approaches and explore practical and managerial dimensions of GGA in the Brazilian context. The study contributes by identifying gaps and guiding future research, as well as reinforcing the importance of more transparent and effective public policies.

Keywords: government grants; government assistance; GGA; CPC 07; Web of Science.

RESUMEN

Contextualización: La creciente relevancia de las Subvenciones y Asistencias Gubernamentales (SAG) en la promoción del desarrollo económico y social en Brasil, especialmente tras la adopción del Pronunciamento Técnico (CPC) 07, motiva el análisis de la producción científica nacional sobre el tema.

Objetivo: Este estudio tuvo como objetivo general investigar el estado del arte de las investigaciones brasileñas sobre SAG entre los años 2008 y 2024. Como objetivos específicos, se buscó identificar los principales enfoques teóricos y metodológicos adoptados, mapear los temas más recurrentes en las investigaciones y analizar los perfiles de los investigadores involucrados.

Método: La investigación se llevó a cabo mediante una revisión sistemática de la literatura, basada en la plataforma Web of Science. Se adoptó el protocolo metodológico denominado RBS – Roadmap. Este protocolo comprende las etapas de entrada, procesamiento y salida, con el apoyo del software StArt para la organización y el análisis de los datos.

Resultados: Los resultados indican una predominancia de estudios desarrollados en colaboración, mayoritariamente compuestos por autores del sexo masculino vinculados a programas de posgrado stricto sensu. Las metodologías utilizadas fueron, en su mayoría, cuantitativas, con diseños descriptivos. Los temas abordados se concentraron en las áreas de sostenibilidad socioambiental, divulgación contable, estrategia empresarial y sostenibilidad de productos. Asimismo, se destaca la mención recurrente a la complejidad del sistema tributario brasileño como factor limitante para la efectividad de las SAG.

Conclusiones: A pesar de la ampliación del debate académico sobre el tema, aún existe espacio para profundizar enfoques críticos y explorar dimensiones prácticas y gerenciales de las SAG en el contexto brasileño. La investigación contribuye al identificar vacíos y orientar futuras investigaciones, además de reforzar la importancia de políticas públicas más transparentes y eficaces.

Palabras clave: subvenciones gubernamentales; asistencias gubernamentales; SAG; CPC 07; *Web of Science*.

Como citar este artigo:

Sousa, A. B. V., Silva, M. L., Parente, P. H. N., Cabral, A. C. A., & Santos, S. M. (2026). Subvenções e assistências governamentais no Brasil: Estado da arte da produção científica. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 24, e95619. <https://doi.org/10.36517/contextus.2026.95619>

1 INTRODUÇÃO

As Subvenções e Assistências Governamentais (SAG) são reconhecidas como um importante instrumento de política de despesas públicas (Schwartz & Clements, 1999). O propósito desses subsídios é atrair investimentos e estimular setores econômicos regionais, sendo concedidos pelos governos federal, estadual ou municipal para incrementar operações e financiar a promoção de atividades de interesse público (Crispim, 2011). Entende-se, portanto, que tais subvenções, sejam financeiras ou não, auxiliam as organizações a cobrir suas despesas e, por conseguinte, a alcançar suas metas (Miranda, Valdevino & Oliveira, 2020).

No Brasil, as SAG são reguladas pelo Pronunciamento Contábil (CPC), especificamente o CPC 07, emitido em 2008. Esse pronunciamento foi desenvolvido com base na *International Accounting Standard 20* (IAS 20), do *International Accounting Standards Board* (IASB), como parte do processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, cuja finalidade consistiu no alinhamento das práticas contábeis entre diferentes países, visando aprimorar a comparabilidade e a transparência das informações contábeis (Miranda, Valdevino & Oliveira, 2020).

Nesse cenário, o advento do CPC 07 trouxe alterações na mensuração, no reconhecimento e na divulgação dos subsídios governamentais (Souza *et al.*, 2019), e a contabilidade, como instrumento de controle, passou a desempenhar papel essencial ao evidenciar o recebimento das SAG, bem como os efeitos desse programa (Saac & Rezende, 2019). Como resultado, as organizações beneficiadas precisaram adaptar-se para apresentar adequadamente as demonstrações contábeis, com a finalidade de permitir que os usuários da informação analisem as consequências da concessão governamental na estrutura patrimonial e nos resultados das entidades.

Após a emissão do CPC 07, alguns estudos foram realizados, dedicando-se a examinar os efeitos da norma na divulgação contábil e no desempenho das empresas. Uma lista não exaustiva inclui os trabalhos de Benetti *et al.* (2014), Chagas, Araujo e Damascena (2011), Colares, Camargos e Leite (2019) e Loureiro, Gallon e De Luca (2011). Com isso, observa-se que eventos dessa natureza podem influenciar as pesquisas e direcionar a produção acadêmica para a investigação e a compreensão mais aprofundada do fenômeno.

Nesse sentido, tornou-se um desafio para os pesquisadores acompanhar o estado, a evolução, as lacunas e a categorização do conjunto de conhecimentos em determinada área por meio de métodos tradicionais (Öztürk, Kocaman & Kanbach, 2024). Assim, a revisão sistemática, em razão de sua capacidade de impulsionar significativamente um campo de estudo, devido à sua abordagem rigorosa, transparente e robusta na síntese de estudos anteriores (Paul, Khatri & Kaur Duggal, 2023), tem recebido maior atenção (Ghorbani, Karampela & Tonner, 2022).

Dessa maneira, formulou-se a seguinte questão: como se caracteriza o estado da arte da produção científica sobre SAG no contexto brasileiro, a partir da adoção do CPC 07? Objetiva-se, portanto, investigar o estado da arte da produção científica sobre subvenções e assistências governamentais no contexto brasileiro após a adoção do referido pronunciamento técnico (CPC 07).

A partir da busca realizada na base de dados *Web of Science*, é possível identificar o perfil de autoria das pesquisas e a evolução da produção científica no Brasil, bem como analisar as metodologias mais utilizadas e os principais temas investigados, com ênfase nas mudanças decorrentes da adoção do CPC 07, nos tipos de subvenção mais comuns, nas barreiras e facilitadores e nas lacunas existentes na literatura.

Denota-se que, sendo a SAG um benefício concedido pelo governo, com capacidade direta de intervenção socioeconômica (Li, Wu & Jiang, 2018), torna-se essencial analisar suas lacunas, de modo a fundamentar o desenvolvimento de futuras pesquisas e o aprimoramento dessa política pública (Freitas & Bandeira, 2022). Nessa perspectiva, a relevância deste estudo reside na ampliação da produção científica sobre o tema, ainda escassa (Benetti *et al.*, 2014; Colares, Camargos & Leite, 2019; Souza *et al.*, 2018; Stark & Wilson, 2006).

Justifica-se, também, o esforço na elaboração desta pesquisa pela contribuição empírica, por meio da aplicação de métodos explícitos e sistemáticos de busca, avaliação crítica e síntese das informações selecionadas (Sampaio & Mancini, 2007), pois, até o momento, não foram encontrados trabalhos que se dediquem a realizar uma revisão sistemática da literatura sobre as SAG após a adoção do CPC 07, o que pode provocar um “amontoado” no corpo do conhecimento desse campo específico (Öztürk, 2021).

2 SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Em termos gerais, as Subvenções e Assistências Governamentais (SAG) podem ser definidas como qualquer forma de assistência governamental que (i) permita aos consumidores adquirir bens e serviços a preços mais baixos do que aqueles oferecidos por um setor privado perfeitamente competitivo, ou (ii) eleve a renda dos produtores para além daquela que seria obtida na ausência dessa intervenção (Schwartz & Clements, 1999). Argumenta-se, por vezes, que o conceito de subvenção é tão elusivo que sequer pode ser definido (Houthakker, 1972) e que sua definição varia a depender do tipo de SAG analisado (Schwartz & Clements, 1999).

O CPC 07 (R1) (2010) refere-se à assistência governamental como a iniciativa do governo de conceder benefícios econômicos específicos a uma entidade ou a um grupo de entidades que atendam a critérios estabelecidos. Já a subvenção, conforme definida pelo CPC 07 (R1) (2010), consiste, em geral, em uma contribuição financeira, embora não se restrinja a isso, concedida a uma entidade em troca do cumprimento, passado ou futuro, de certas condições relacionadas às suas atividades operacionais.

Isso amplia o conceito de subsídios para além das definições mais restritas empregadas em contas fiscais ou nacionais, abrindo espaço para que uma ampla gama de atividades governamentais seja classificada como subsídios (Schwartz & Clements, 1999). Os mesmos autores descrevem que os subsídios podem ser classificados nas seguintes categorias: (i) pagamentos governamentais diretos a produtores ou consumidores; (ii) garantias governamentais; (iii) subsídios de crédito ou empréstimos bonificados; (iv) participações acionárias do governo; (v) fornecimento governamental de bens e serviços a preços inferiores aos de mercado; (vi) compras governamentais de bens e serviços a preços superiores aos de mercado; e (vii) subsídios regulatórios que alteram os preços de mercado.

Pesquisas recentes demonstram a variedade no portfólio de SAG, incluindo: subsídios em dinheiro (Araújo, Leite & Leite, 2019), garantias governamentais, bonificações de juros para empresas ou empréstimos subsidiados (Gonçalves, Nascimento & Wilbert, 2016; Souza *et al.*, 2018), subsídios fiscais (Formigoni, 2008; Saac & Rezende, 2019), subsídios de capital (Macaneiro & Cherobim, 2009) e pagamentos implícitos por meio de ações regulatórias governamentais (Batistella & Einsweiller, 2021). Além disso, as SAG podem ser concedidas na forma de doações não monetárias, prêmios, bolsas de pesquisa (Miranda, Valdevino & Oliveira, 2020) e incentivos sociais, culturais e tecnológicos, entre outros similares (Chen, Lee & Li, 2008; Saac & Rezende, 2019).

No Brasil, a SAG mais comum é a isenção tributária, que se refere à desobrigação legal do pagamento total ou parcial de tributos (Saac & Rezende, 2019; Santos *et al.*, 2023). A isenção é o mecanismo pelo qual o Estado libera o contribuinte, total ou parcialmente, de uma obrigação tributária, alterando a base de cálculo do imposto, sem necessariamente fornecer uma contrapartida direta (Marostica & Petri, 2017).

Embora a Lei nº 4.320/1964 estabeleça diretrizes para a concessão de subvenções, foi somente em 1976 que se definiu a regulamentação para o tratamento e o registro contábil, com orientações voltadas às subvenções destinadas a investimentos. Ao longo dos anos, outros normativos foram introduzidos sobre o tema, como a Instrução Normativa nº 59/1986, da Comissão de Valores Mobiliários; o Comunicado Técnico nº 03/03/1986, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; a Lei nº 11.638/2007; e o CPC 07, emitido após o processo de convergência das normas contábeis aos padrões internacionais, em 2008 (Souza *et al.*, 2019).

As SAG são reguladas pela *International Accounting Standards* 20 (IAS 20) e pelo Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (2010), que estabeleceram a mudança no reconhecimento das SAG no patrimônio líquido para a demonstração do resultado, desde que atendidos os critérios estabelecidos. De forma geral, as SAG podem ser reconhecidas como receita ao longo do tempo, seja por meio de receita diferida no passivo, seja pela dedução do valor do ativo subvencionado. Esse tratamento reflete a existência de contrapartidas associadas às subvenções, vinculando seu reconhecimento ao cumprimento de condições estabelecidas pelo ente governamental.

Adicionalmente, observa-se que as SAG abrangem uma ampla gama de instrumentos, como subsídios financeiros, incentivos fiscais, garantias governamentais e benefícios regulatórios, o que amplia sua relevância no contexto econômico (Gonçalves, Nascimento & Wilbert, 2016; Saac & Rezende, 2019; Batistella & Einsweiller, 2021). No Brasil, destaca-se a isenção tributária como uma das formas mais recorrentes de subvenção, caracterizada pela dispensa legal, total ou parcial, do pagamento de tributos (Marostica & Petri, 2017; Santos *et al.*, 2023).

Apesar da relevância do arcabouço normativo para a padronização do tratamento contábil, a literatura evidencia que as SAG têm implicações que transcendem o aspecto técnico, influenciando o desempenho das firmas, a alocação de recursos e a qualidade da informação contábil. Nesse sentido, sua compreensão demanda uma abordagem que integre os aspectos normativos às evidências empíricas e às discussões teóricas sobre seus efeitos econômicos e informacionais.

Como se observa, a obtenção de SAG pode ter um impacto nas demonstrações contábeis das empresas (Souza *et al.*, 2019). Colares, Camargos e Leite (2019) analisaram o cumprimento do CPC 07 por empresas brasileiras de capital aberto e os seus impactos na rentabilidade. Benetti *et al.* (2014) investigaram a evidenciação de subvenções governamentais, observando que muitas empresas atenderam parcialmente ao CPC 07. Chagas, Araujo e Damascena (2011) estudaram a divulgação de subvenções por OSCIPs, concluindo que a maioria dessas entidades evidenciou as informações conforme o CPC 07. Loureiro, Gallon e De Luca (2011) examinaram os efeitos econômicos das subvenções nas demonstrações contábeis de grandes empresas de capital aberto, encontrando baixo nível de divulgação, mas uma variação positiva na rentabilidade.

No entanto, segundo Colares, Camargos e Leite (2019), a maioria dos trabalhos na área apresenta dados até 2014, tornando relevante analisar o estado das produções científicas sobre o tema, a fim de trazer novas contribuições. Independentemente de suas especificidades, autores afirmam que tem crescido o número de pesquisas com abordagens qualitativas em diversas disciplinas (Lee & Humphrey, 2006), o que pode refletir no percentual de coautorias por trabalho, uma vez que, em geral, estudos teóricos tendem a ter menos autores (Katz & Martin, 1997). Outros estudos, todavia, não

observam essa redução de coautorias nas pesquisas em geral, nas quais o número de autores tende a crescer (Glänzel & Schubert, 2001; Kim, 2006; Mählck & Persson, 2000; Tomizawa & Shirabe, 2002).

3 METODOLOGIA

O foco central desta pesquisa é investigar o estado da arte da produção científica sobre SAG no Brasil, caracterizando-a como uma investigação de natureza descritiva. Esse tipo de estudo tem como foco principal a descrição de características de indivíduos, eventos ou situações (Sekaran & Bougie, 2016). Nesta revisão, a estatística descritiva, baseada em frequências absolutas e percentuais, foi utilizada para mapear a produção científica, identificando padrões, lacunas e tendências, que podem orientar a análise teórica e de conteúdo, especialmente na compreensão das abordagens, temas e perfis mais ou menos explorados na literatura. No que se refere à abordagem metodológica, foi empregada uma revisão sistemática da literatura, que proporciona uma visão abrangente por meio da síntese de conhecimentos acumulados em um conjunto específico de estudos (Jebarajakirthy *et al.*, 2021), permitindo, assim, o desenvolvimento de pressupostos fundamentados (Paul & Criado, 2020).

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa (Öztürk, Kocaman & Kanbach, 2024). Sob esse enfoque, esta revisão sistemática busca considerar as semelhanças e as diferenças significativas entre as pesquisas já conduzidas, visando ampliar as possibilidades interpretativas dos resultados e desenvolver interpretações mais abrangentes (Okoli, 2019).

A população desta revisão é composta pelo conteúdo disponível na base de dados *Web of Science* sobre SAG no contexto brasileiro, totalizando 76 trabalhos. Para a determinação da amostra, utilizaram-se critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, conforme evidenciado na Figura 2, resultando em uma amostra composta por nove trabalhos.

O recorte temporal selecionado corresponde ao período entre 2008 e 2024, com o objetivo de contemplar pesquisas recentes sobre SAG que já estejam inseridas do escopo de vigência das normas do CPC 07. Ressalta-se que a coleta considerou produções disponíveis até 30 de abril de 2024. A escolha pela base de dados *Web of Science* justifica-se por sua relevância, pelo número de trabalhos disponíveis sobre o tema analisado e pela possibilidade de filtrar pesquisas por países específicos, uma vez que este estudo se concentra no contexto brasileiro no que se refere às SAG.

O modelo de revisão adotado é o proposto por Conforto, Amaral e Silva (2011), denominado RBS – *Roadmap*. Essa estrutura é composta por três fases: entrada, processamento e saída. Essas fases estão organizadas em 15 etapas, conforme demonstrado na Figura 1.

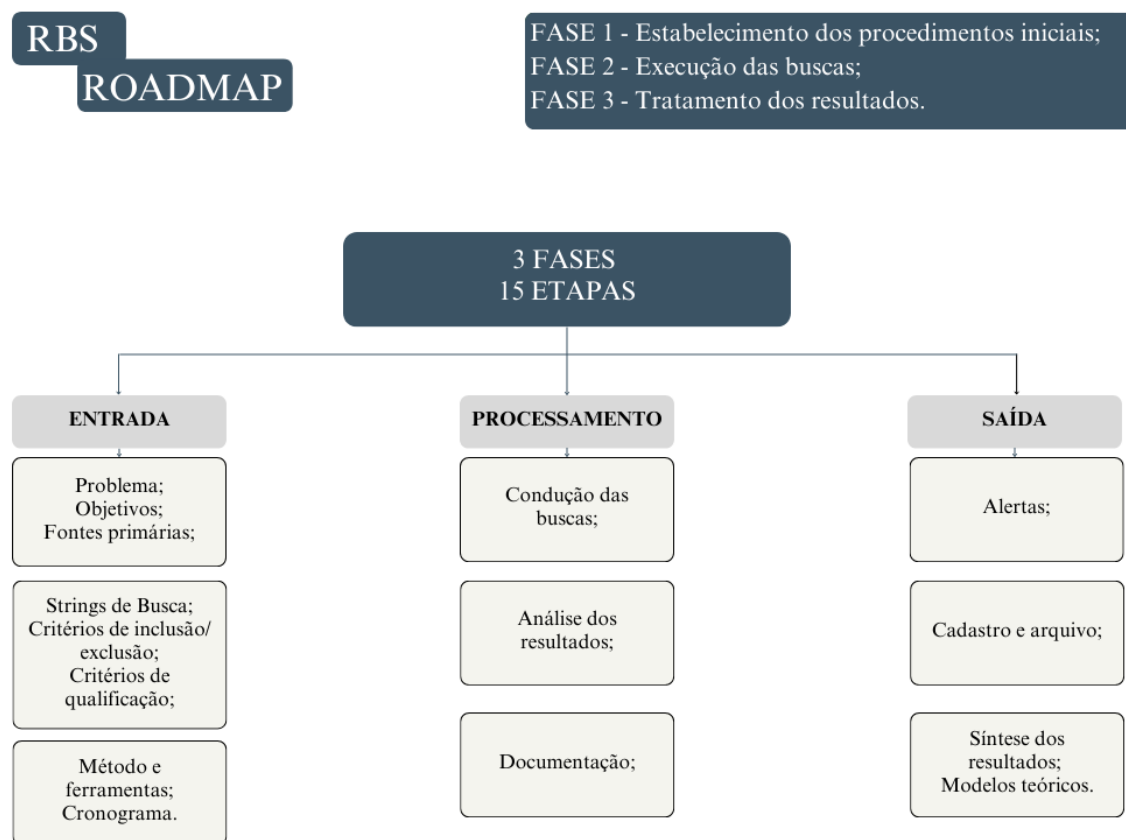


Figura 1. Fases do RBS – *Roadmap*.

Fonte: Adaptado de Conforto, Amaral e Silva (2011).

De acordo com o modelo proposto pelos autores, a Fase 1 consiste na definição dos critérios e termos que comporão a pesquisa. Com base no problema e nos objetivos estabelecidos na introdução, iniciou-se a delimitação das fontes

primárias. Para isso, fez-se uma busca por artigos sobre SAG no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos da CAPES, com o intuito de identificar os termos correlatos. A partir disso, para analisar as SAG sob diferentes abordagens, foram elaboradas duas *strings* de busca, entendidas como combinações compostas de conectivos lógicos e termos-chave, apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1

Relação de *strings* de busca

<i>Strings</i>	Termos
a	("government* benefits" OR "government* grants" OR "government* assistance" OR "government* incentives") AND (disclosure OR "informational asymmetry" OR disclosure OR demonstration OR recognition OR "CPC 07").
b	("government* benefits" OR "government* grants" OR "government* assistance" OR "government* incentives") AND (donation OR program OR culture OR "technological innovat*" OR "tax incentives" OR "tax" OR "tribute").

Fonte: Elaboração própria.

Na sequência, os critérios de inclusão foram definidos com o objetivo de responder ao problema de pesquisa e atender aos objetivos do estudo. Da mesma forma, estabeleceram-se os critérios de exclusão, conforme ilustrado na Figura 2. Quanto aos métodos e às ferramentas, além da base de dados *Web of Science*, na qual as *strings* de busca foram inseridas, optou-se pelo uso do *software* StArt – *State of the Art through Systematic Review* para o armazenamento dos trabalhos incluídos após aplicação dos filtros prévios.

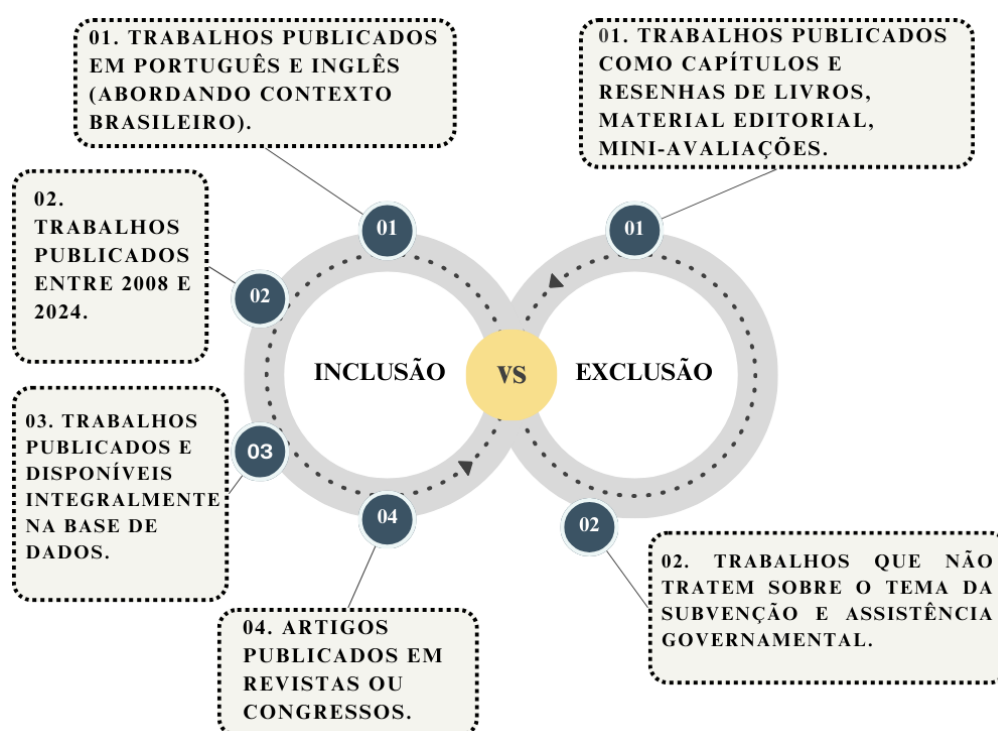


Figura 2. Critérios de inclusão e exclusão para os trabalhos pesquisados.

Fonte: Elaboração própria.

Na Fase 2, conhecida como processamento, são realizados os procedimentos de coleta de dados, utilizando-se os termos, as técnicas e as ferramentas previamente definidos. Inicialmente, as *strings* “a” e “b” foram inseridas na base de dados *Web of Science*, retornando, ao todo, 76 trabalhos, que representam, conforme mencionado, a população da pesquisa.

Com a aplicação dos filtros apresentados na Figura 2, o quantitativo foi reduzido para 71 trabalhos, os quais foram baixados e armazenados, em 30 de abril de 2024, no *software* StArt – *State of the Art through Systematic Review*, para leitura de título, resumo e palavras-chave. A Figura 3 apresenta o *framework* resumido do procedimento de filtragem dos dados. Do ponto de vista metodológico, a intenção é que esse procedimento auxilie na compreensão de como a amostra é construída e de como essa etapa pode ser interpretada para subsidiar a análise dos dados.

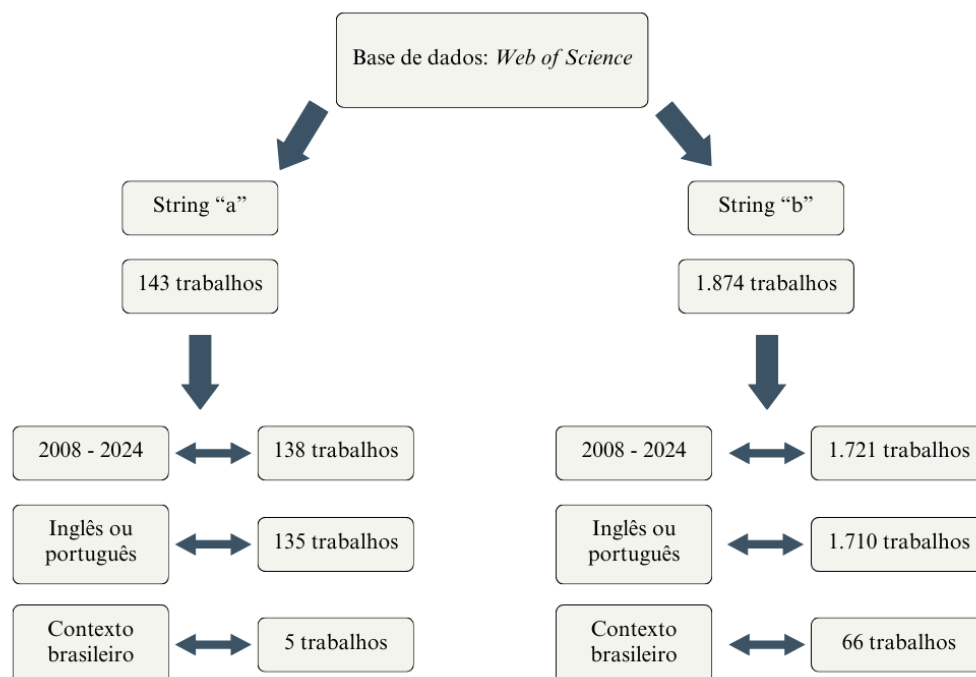


Figura 3. Procedimento de filtragem dos dados.

Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se a redução expressiva quando a busca é limitada à "string a", que aborda aspectos normativos, confirmando os achados de Benetti *et al.* (2014), Colares, Camargos e Leite (2019) e Souza *et al.* (2018), ao apontarem que a análise dos efeitos do CPC ainda é limitada na literatura. Após a aplicação dos primeiros filtros, realizou-se uma leitura do título, resumo e palavras-chave dos 71 artigos armazenados no *software* StArt, ocasião em que foram excluídos os trabalhos que apenas mencionavam superficialmente as SAG, resultando em uma amostra final de nove artigos científicos.

Para a discussão dos resultados obtidos na amostra final, foi seguida uma sequência de procedimentos metodológicos. Primeiramente, com o objetivo de identificar o perfil de autoria das pesquisas e analisar a evolução da produção científica no Brasil, foram elaboradas tabelas contendo informações sobre a distribuição dos estudos ao longo do tempo, o número de autores envolvidos e seus respectivos nomes. Em seguida, essas características foram analisadas e discutidas.

Posteriormente, a fim de identificar as metodologias mais utilizadas, foram realizadas sínteses dos artigos com descrição de seus procedimentos metodológicos, seguidas de uma análise quantitativa para determinar a frequência de uso dos diferentes métodos empregados. Por fim, para identificar os principais temas investigados na área, as mudanças mais recorrentes decorrentes da adoção do CPC 07, os tipos de subvenção mais comuns no Brasil, bem como as barreiras e os facilitadores, além de apontar as lacunas existentes nas pesquisas, realizou-se uma leitura e análise de todos os artigos da amostra.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta e discute os resultados da revisão sistemática, considerando a análise dos nove artigos que compõem a amostra, organizados em dois blocos analíticos complementares. O primeiro, de natureza bibliométrica, contempla a evolução temporal das publicações, o perfil dos autores, as características metodológicas dos estudos e a síntese descritiva dos artigos que compõem a amostra final. O segundo, de natureza teórica, examina os principais temas abordados, os reflexos da adoção do CPC 07, os tipos de SAG mais recorrentes, bem como as barreiras e os facilitadores identificados na literatura, além das lacunas que orientam pesquisas futuras. A metodologia empregada permite iniciar o estudo pela caracterização quantitativa da produção científica para, subsequentemente, proceder ao aprofundamento da interpretação qualitativa dos conteúdos analisados.

4.1 Análise bibliométrica da produção científica sobre SAG no Brasil

4.1.1 Evolução temporal das publicações

A Tabela 2 apresenta um resumo da distribuição das publicações no período analisado. Observa-se que, nos últimos cinco anos, há uma incidência constante e linear de publicações, em contraste com os anos anteriores a 2019, nos quais ocorrem hiatos expressivos, indicando uma preocupação mais recente dos pesquisadores com o tema.

Tabela 2

Distribuição dos artigos por ano pesquisado

Ano	Frequência (f)	Porcentagem (%)
2008	1	11.1
2012	1	11.1
2019	4	44.5
2020	1	11.1
2021	1	11.1
2022	1	11.1
Total	9	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, portanto, um pequeno avanço no interesse sobre SAG, mormente em 2019, ano que apresentou o maior quantitativo de trabalhos sobre o tema, representando 44.5% das pesquisas investigadas. No entanto, é importante ressaltar que a evolução da produção científica ainda é lenta, o que corrobora os achados de Benetti *et al.* (2014), Colares, Camargos e Leite (2019), Souza *et al.* (2018) e Stark e Wilson (2006).

4.1.2 Caracterização dos autores

A Tabela 3 apresenta a quantidade de autores por artigo na área de SAG. Em relação ao número de autores por artigo, não foram identificados trabalhos com autoria individual, sendo predominante o desenvolvimento de pesquisas em parcerias. A configuração mais comum é composta por quatro ou mais autores (66.7%). Com menor frequência, encontram-se artigos com dois autores, totalizando 11.1%. Esses resultados corroboram estudos que apontam o crescimento das colaborações entre autores em diversas disciplinas e áreas (Glänzel & Schubert, 2001; Kim, 2006; Mählick & Persson, 2000; Tomizawa & Shirabe, 2002).

Tabela 3

Autores por artigo

Quantidade de autores	Frequência (f)	Porcentagem (%)
Um autor	0	0.0
Dois autores	1	11.1
Três autores	2	22.2
Quatro autores ou mais	6	66.7
Total	9	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Para evidenciar como se caracteriza a pesquisa em SAG, buscou-se analisar o perfil dos autores (gênero e titulação) dos artigos selecionados, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4

Perfil dos autores

Descrição	Frequência (f)		Porcentagem (%)
	Absoluta		Relativa (%)
Gênero	Masculino	24	66.7
	Feminino	12	33.3
	Pós-doutorado	9	25.0
	Doutorado	18	50.0
Titulação	Doutorado incompleto	6	16.7
	Mestrado	2	5.5
	Mestrado incompleto	1	2.8

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se a predominância de autores do gênero masculino. Quanto à titulação, observa-se que autores com doutorado estão presentes em metade dos artigos publicados, enquanto o nível de mestrado se mostra menos frequente nas pesquisas sobre o tema. Ademais, constatou-se que a produção científica dos artigos analisados é predominantemente composta por autores com pós-graduação *stricto sensu*, não sendo comuns pesquisas em nível de graduação ou especialização.

4.1.3 Caracterização metodológica dos estudos

A Tabela 5 apresenta uma visão geral das características metodológicas dos artigos, destacando informações sobre a abordagem, a natureza e os procedimentos das pesquisas.

Tabela 5

Categorização metodológica dos estudos

Classificação	(f)	f (%)
Quanto à abordagem	Qualitativa	1
	Quantitativa	5
	Qualiquantitativa	3
Quanto à natureza	Descritivos	4
	Exploratórios	2
	Explicativos	3
Quanto aos procedimentos	Pesquisa documental e bibliográfica	4
	Documental	4
	Pesquisa de campo	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante dos resultados obtidos, constatou-se que a abordagem quantitativa é a mais utilizada pelos pesquisadores dos artigos analisados, enquanto a abordagem qualitativa é menos frequente. Além disso, uma proporção significativa de estudos adotou uma abordagem qualiquantitativa, representando 33.3% da amostra. Essa combinação pode ser atribuída ao interesse dos autores em explorar o fenômeno com maior profundidade e complexidade, o que demanda um desenho de pesquisa que integre aspectos qualitativos (Lee & Humphrey, 2006).

Quanto à natureza dos estudos, 44.5% são descritivos, seguidos por um terço de estudos explicativos. Em contrapartida, as pesquisas exploratórias foram menos frequentes, com 22.2%. Em relação aos procedimentos metodológicos, destaca-se o uso de pesquisa documental e bibliográfica, com 44.5%, corroborando com a própria temática, que majoritariamente lida com dados de despesas públicas e recebimentos por parte das instituições.

Além disso, verificou-se que os estudos de campo, com uma abordagem mais teórica, apresentam o menor número de autores, totalizando apenas um. Esse resultado corrobora pesquisas que indicam que, geralmente, trabalhos de natureza teórica tendem a envolver menos colaboradores (Katz & Martin, 1997).

4.1.4 Síntese dos artigos da amostra final

A Tabela 6 apresenta uma síntese dos autores, dos procedimentos metodológicos adotados e dos principais achados identificados nos nove artigos que compõem a amostra final desta revisão.

Tabela 6

Síntese dos artigos que compõem a amostra final da revisão sistemática

Autor	Metodologia	Principais achados
Silva e Fischer (2008)	Estudo de campo com entrevistas à alta de companhias operadoras de terminais marítimos, utilizando questionário estruturado para avaliação de seis tipos de incentivos governamentais.	Os incentivos analisados demonstraram potencial para influenciar decisões da alta administração voltadas à melhoria da segurança e saúde no trabalho, destacando-se a flexibilização das alíquotas do Seguro Acidente do Trabalho e das fiscalizações programadas como as mais promissoras.
Cavalcanti <i>et al.</i> (2012)	Estudo analítico fundamentado em cenários de tributação, projeções de demanda, preços de combustíveis e estimativas de emissões de gases de efeito estufa.	Parte da renúncia fiscal poderia ser recuperada sem prejuízo à competitividade do etanol, indicando que os incentivos excediam a justificativa ambiental e evidenciando a necessidade de maior transparência e alinhamento entre as políticas energética, fiscal e ambiental.
Brito <i>et al.</i> (2019)	Pesquisa quantitativa baseada em modelo de difusão multigeracional (Bass), utilizando dados históricos de vendas/frota e variáveis tributárias para analisar a dinâmica de adoção de tecnologias no mercado e a influência da tributação nesse processo.	As alíquotas tributárias influenciaram a adoção de veículos a gasolina e a etanol, mas não tiveram efeito significativo sobre os veículos flex-fuel. Os resultados indicam que incentivos fiscais são mais relevantes nas fases iniciais de difusão, porém não substituem atributos tecnológicos valorizados pelos consumidores, como a flexibilidade na escolha do combustível.
Melillo, Bragança e Medeiros (2019)	Estudo quali-quantitativo com triangulação de dados, baseado em entrevistas e questionários com gestores e analistas, análise documental, visitas institucionais e avaliação estatística de indicadores econômico-financeiros (2012–2015).	O reconhecimento das subvenções pelo regime de competência alterou significativamente os indicadores patrimoniais e de resultado, reduzindo oscilações, aprimorando a representação econômica das operações e aumentando a utilidade das informações para decisões gerenciais e análise de crédito.
Rocha <i>et al.</i> (2019)	Modelagem baseada em teoria dos jogos evolucionários e análise regional de insumo-produto, com simulação de cenários para a escolha de localização da empresa.	A presença de incentivos fiscais, isoladamente, não garante a decisão locacional ótima, sendo a atratividade regional determinada pela combinação entre potencial de mercado, interdependência produtiva, incentivos fiscais e estabilidade macroeconômica.
Souza <i>et al.</i> (2019)	Pesquisa empírico-analítica de abordagem quantitativa, com análise de empresas de utilidade pública listadas na B3, baseada em	Das empresas analisadas, 18 evidenciaram subvenções governamentais, com divulgação parcial e heterogênea. Observou-se associação com indicadores como margem bruta,

	demonstrações contábeis e notas explicativas, com construção de índice de evidenciação conforme o CPC 07.	valor adicionado bruto e capital circulante líquido, sem evidência de impacto estatisticamente significativo na geração de valor.
Chagas <i>et al.</i> (2020)	Estudo descritivo, de abordagem quali-quantitativa, baseado na análise documental de demonstrações contábeis disponíveis no Ministério da Justiça, referentes ao período de 2010 a 2014.	Apenas 27% das OSCIPs evidenciaram subvenções e assistências em conformidade com o CPC 07 (R1) e a NBC TG 07 (R2), revelando baixa conformidade contábil, divulgação insuficiente e fragilidades no processo de accountability.
Drumond Jr, Castro e Seabra (2021)	Estudo quantitativo com simulações econômicas de sistema fotovoltaico em 35 distribuidoras brasileiras, utilizando Valor Presente Líquido e <i>payback</i> para avaliar diferentes cenários regulatórios e tributários.	Os incentivos fiscais e tarifários mostraram-se determinantes para a viabilidade econômica, variando conforme a estrutura de cada distribuidora; em muitos casos, superaram o custo do sistema. A retirada desses incentivos aumentaria significativamente o tempo de retorno e reduziria a atratividade dos projetos.
Lima <i>et al.</i> (2022)	Metodologia baseada em revisão do estado da arte e benchmarking regulatório, com análise de viabilidade econômica e proposição de modelo de negócios, incluindo avaliação tributária e logística.	A reciclagem de baterias de íons de lítio enfrenta restrições econômicas, associadas à baixa oferta, aos custos logísticos e aos riscos de transporte; contudo, incentivos governamentais, regulação adequada, benefícios tributários e avanços tecnológicos podem ampliar sua viabilidade econômica.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se uma diversidade metodológica, a qual pode refletir tanto a complexidade do fenômeno dos subsídios governamentais quanto sua abrangência em múltiplas áreas do conhecimento. Em paralelo, tal pluralidade possibilita a análise das SAG sob diferentes perspectivas — organizacional, econômica, contábil e regulatória. Quanto aos resultados, verifica-se convergência no sentido de que as SAG exercem influência relevante, porém condicionada a fatores estruturais e contextuais. Parte dos estudos aponta efeitos diretos sobre decisões empresariais e viabilidade econômica, enquanto outros destacam limitações, como a ausência de impacto significativo em determinados contextos, a dependência de atributos tecnológicos ou de condições de mercado e possíveis distorções na alocação de recursos.

Em síntese, os achados sugerem que, embora os incentivos sejam instrumentos relevantes, sua efetividade pode depender de articulação com fatores econômicos, institucionais e tecnológicos, não sendo suficientes, de forma isolada, para garantir resultados consistentes.

4.2 Análise teórica e de conteúdo dos estudos sobre SAG

4.2.1 Temas abordados sobre SAG

A Figura 4 apresenta os temas estudados no contexto brasileiro sobre as SAG.

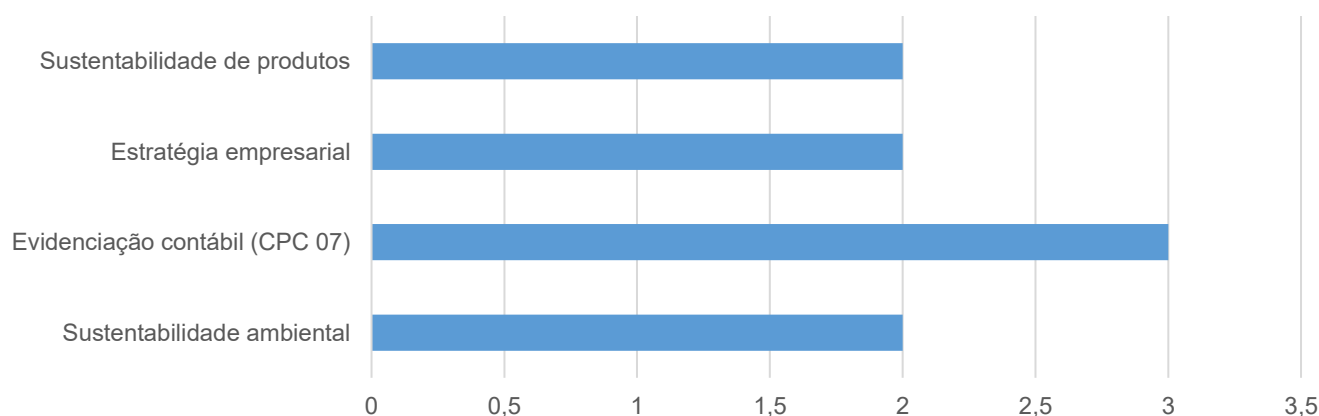


Figura 4. Temas de SAG estudados no contexto brasileiro.

Fonte: Dados da pesquisa.

No período, destacou-se a relação das SAG com os seguintes temas: sustentabilidade socioambiental (Drumond Jr, Castro & Seabra, 2021; Lima *et al.*, 2022); evidenciação contábil, com base no CPC 07 (Chagas *et al.*, 2020; Melillo, Bragança & Medeiros, 2019; Souza *et al.*, 2019); estratégia empresarial (Rocha *et al.*, 2019; Silva & Fischer, 2008); e sustentabilidade de produtos (Brito *et al.*, 2019; Cavalcanti *et al.*, 2012).

4.2.2 Reflexo das mudanças contábeis decorrentes da adoção ao CPC 07

Chagas *et al.* (2020), Melillo, Bragança e Medeiros (2019) e Souza *et al.* (2019) dedicaram-se a investigar os critérios de divulgação e de reconhecimento das SAG, bem como o impacto das novas recomendações do CPC 07 sobre as demonstrações contábeis das empresas. Essa temática corresponde a aproximadamente 33% das pesquisas coletadas e

evidência que mudanças normativas contábeis aumentam a produção científica em determinada área, ao estimular o desenvolvimento de novos estudos voltados à compreensão da relevância da regulamentação para os resultados empresariais.

Essas pesquisas destacam que, embora exista obrigatoriedade regulatória quanto à divulgação, muitas empresas ainda não a cumprem de maneira satisfatória, levantando questões sobre a transparência e a integridade das informações financeiras disponibilizadas aos *stakeholders*. Particularmente, Chagas *et al.* (2020) e Souza *et al.* (2019) identificaram uma lacuna significativa na evidência desses incentivos, especialmente em setores como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e empresas de utilidade pública. Essa falta de transparência pode gerar desconfiança por parte dos usuários das demonstrações financeiras quanto ao uso adequado dos recursos recebidos do governo, os quais, em última instância, são financiados pelo setor público.

O estudo conduzido por Souza *et al.* (2019) destaca que uma maior evidência de subvenções governamentais está correlacionada a indicadores financeiros mais positivos, como margem bruta, valor adicionado bruto e endividamento de longo prazo. Entretanto, observa-se disparidade na divulgação dessas informações nas demonstrações contábeis das empresas, sendo algumas informações mais frequentemente divulgadas do que outras, tais como: a natureza e os valores das SAG reconhecidas nas demonstrações contábeis; reduções ou isenções de tributos em áreas incentivadas; e a política contábil adotada para as SAG, incluindo os métodos de apresentação.

A análise das notas explicativas revelou falta de uniformidade nos registros desses incentivos, atribuída à permissão do CPC 07 R1 (2010) para que as empresas escolham entre evidenciá-los no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado do exercício, o que pode resultar em consequências ainda não totalmente exploradas, em razão da ausência de padronização (Souza *et al.*, 2019). Quanto ao reconhecimento, o estudo de Melillo, Bragança e Medeiros (2019) investigou os fatores que determinam a escolha do momento de registro das SAG por gestores de hospitais filantrópicos, comparando os regimes de competência e de caixa, além de analisar a utilidade das informações contábeis para os bancos na concessão de empréstimos.

Os resultados indicaram que o reconhecimento das SAG pelo regime de competência oferece maior estabilidade e controle financeiro para essas entidades, melhora os indicadores econômico-financeiros e vincula as SAG à produção hospitalar. As informações contábeis são consideradas essenciais para a tomada de decisões gerenciais e para a obtenção de empréstimos, sendo relevantes tanto para usuários internos quanto externos. A qualidade dessas informações é influenciada por regulamentações governamentais, contratos de empréstimos e fatores políticos (Melillo, Bragança & Medeiros, 2019).

4.2.3 Tipos mais comuns de SAG no Brasil

Brito *et al.* (2019), Cavalcanti *et al.* (2012), Drumond Jr, Castro e Seabra (2021), Lima *et al.* (2022), Rocha *et al.* (2019) e Silva e Fischer (2008) apresentaram um ponto em comum quanto ao tipo de incentivo abordado. Todos esses estudos consideram o efeito do incentivo fiscal, alguns no que se refere ao seu impacto no aumento da responsabilidade socioambiental da empresa (Drumond Jr, Castro & Seabra, 2021; Lima *et al.*, 2022), outros quanto à sua influência nas decisões corporativas (Rocha *et al.*, 2019; Silva & Fischer, 2008) e, ainda, aqueles que indicam que tais incentivos contribuem para que os produtos alcancem maior comercialização (Brito *et al.*, 2019; Cavalcanti *et al.*, 2012). Nessa perspectiva, este estudo corrobora os trabalhos de Saac e Rezende (2019) e Santos *et al.* (2023), ao indicar que a isenção tributária é a prática mais recorrente de SAG nas empresas brasileiras de capital aberto.

4.2.4 Barreiras e facilitadores do uso das SAG no Brasil

Lima *et al.* (2022) investigaram a viabilidade econômica da reciclagem de baterias de íon-lítio de veículos elétricos no Brasil, abordando as regulamentações internacionais e a identificação de empresas envolvidas. Os autores desenvolveram um modelo de negócios que incluiu a análise de custos e receitas, bem como o levantamento de tributos, a fim de selecionar um estado brasileiro adequado para a instalação de uma fábrica de reciclagem.

A justificativa para a análise do Brasil reside na expressiva frota de veículos elétricos. Apesar disso, conforme apontado, ainda faltam, no país, leis que apoiem e incentivem o aumento do uso de veículos elétricos, tanto por empresas quanto por usuários, contexto em que as SAG poderiam ser economicamente relevantes. No âmbito empresarial, a concessão de incentivos fiscais permite aos governos promover o desenvolvimento econômico e social, estimulando a atividade empresarial em seus territórios (Lima *et al.*, 2022).

Embora haja essa possibilidade, os custos industriais variam conforme o estado onde a indústria está situada, e essa é uma das maiores dificuldades na concessão de SAG eficazes, segundo Lima *et al.* (2022). A indústria no Brasil está sujeita a três tipos de tributos: municipais, estaduais e federais. Entre eles, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual, exerce o maior impacto sobre o custo final do produto, devendo ser analisado com atenção na escolha da melhor localização para a fábrica (Lima *et al.*, 2022). Nesse cenário, estados como Bahia e Minas Gerais foram destacados por apresentarem ICMS relativamente baixos e localizações estratégicas (Lima *et al.*, 2022).

O destaque atribuído ao ICMS converge com a pesquisa de Drumond Jr., Castro e Seabra (2021), que analisa a diversidade de políticas de incentivo à energia solar ao redor do mundo, incluindo tarifas feed-in, deduções fiscais, precificação por hora e incentivos ao financiamento. Nos Estados Unidos, por exemplo, a descentralização das políticas permite que cada estado crie regulamentos e incentivos baseados em seus próprios recursos e interesses estratégicos. Na Europa, as políticas são mais direcionadas às características ambientais e sociais do que aos aspectos econômicos.

Segundo esses autores, os incentivos fiscais, como a isenção de ICMS, PIS e COFINS, têm um impacto significativo na viabilidade econômica dos projetos de energia solar, sobretudo em regiões com menor irradiação solar. A análise dos 35 maiores distribuidores de energia do país revelou que a presença desses incentivos pode determinar a viabilidade ou a inviabilidade econômica dos projetos. Em estados como o Rio Grande do Sul, a ausência da isenção de ICMS reduz drasticamente a expectativa de viabilidade econômica dos projetos (Drumond Jr, Castro & Seabra, 2021).

A retirada gradual dos incentivos fiscais é uma questão crítica discutida no estudo de Drumond Jr, Castro e Seabra (2021). Os resultados mostram que, para várias distribuidoras, a eliminação dos incentivos ainda permitiria um retorno sobre o investimento positivo, especialmente em regiões com alta irradiação solar. No entanto, a retirada imediata de todos os incentivos poderia inviabilizar economicamente muitos projetos, reduzindo o crescimento do setor e afetando a criação de empregos.

Rocha *et al.* (2019) discutem a escolha locacional de empresas no Mercado Comum do Sul (Mercosul), com destaque para o Brasil, utilizando um modelo de teoria dos jogos evolucionários (EGT). O estudo conclui que as decisões de localização são influenciadas pelo potencial de mercado, pela interdependência produtiva local, por incentivos fiscais e pela estabilidade macroeconômica. O modelo EGT sugere que, embora os incentivos fiscais sejam facilitadores, as empresas também consideram outros fatores, como a infraestrutura e a estabilidade econômica da região.

Silva e Fischer (2008) examinam como incentivos governamentais podem aprimorar a segurança e saúde no trabalho (SST) em terminais marítimos, destacando a flexibilização das alíquotas do seguro acidente do trabalho como um incentivo promissor. Os autores sugerem que, embora regulamentações e fiscalizações sejam tradicionalmente utilizadas para esse fim, a combinação desses mecanismos com incentivos públicos pode ser mais eficaz. Esses incentivos motivam as empresas a investirem em SST, reduzindo custos operacionais e promovendo uma concorrência justa. Os dois últimos estudos indicam que os incentivos governamentais podem influenciar o comportamento das empresas; contudo, sua eficácia depende do contexto e das características específicas de cada setor.

No contexto brasileiro, o artigo de Cavalcanti *et al.* (2012) destaca o papel pioneiro do país na promoção do etanol como combustível veicular, principalmente por meio do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Embora o Brasil seja um dos maiores produtores e consumidores de etanol do mundo, esse biocombustível ainda usufrui de benefícios fiscais em comparação com outros combustíveis, como alíquotas tributárias mais baixas. Assim, a concessão desses benefícios resulta em perda de receitas que poderiam ser direcionadas à infraestrutura e a programas sociais.

O estudo propõe a revisão dos incentivos fiscais concedidos ao etanol, com o objetivo de mitigar a perda de receitas sem comprometer a competitividade desse biocombustível em relação ao diesel. Para tanto, sugere a análise de diferentes cenários de tributação, a fim de avaliar seus impactos sobre a receita pública e a competitividade do etanol. Além disso, os autores destacam a importância da transparência nas políticas energéticas e fiscais para garantir a consistência e a eficácia das medidas adotadas. Os resultados indicam que os incentivos fiscais ao etanol devem ser mantidos, porém, revisados, de modo a evitar perdas crescentes de receitas estatais (Cavalcanti *et al.*, 2012).

Brito *et al.* (2019) evidenciam a influência significativa dos incentivos governamentais na adoção de tecnologias veiculares alternativas no Brasil. Ao adaptar um modelo de difusão de inovação multigeracional, o estudo demonstra que a redução de impostos exerce impacto positivo na difusão de veículos *flex*, ao passo que produz efeito negativo na adoção de veículos a gasolina e a etanol. Essa constatação sugere que políticas públicas, como a redução de impostos, desempenham papel crucial na transição para tecnologias automotivas mais sustentáveis, sendo essa relação positiva um fator que favorece o uso e a eficácia das SAG.

De modo geral, a existência de normas técnicas, como o CPC 07, viabiliza o uso das SAG no Brasil, pois, quando observadas, tais normas conferem maior transparência à utilização dos benefícios (Chagas *et al.*, 2020), estimulando gestores públicos a realizarem mais repasses, uma vez que passam a visualizar com maior clareza o controle e a aplicação dos recursos públicos. Por outro lado, observa-se que a variabilidade e a complexidade da carga tributária no Brasil constituem as principais barreiras para o uso eficiente das SAG.

4.2.5 Agenda para pesquisas futuras sobre SAG

Em síntese, os autores que abordaram a falta de divulgação e evidenciação das SAG, conforme as recomendações do CPC 07, não se aprofundaram nas principais causas desse fenômeno. Ademais, não foram identificados outros estudos que investiguem as mesmas entidades em diferentes regiões do país para fins de comparação, uma vez que as pesquisas tendem a se concentrar em setores ou casos específicos. Com isso, não é possível estabelecer fatores determinantes para a eficiência da evidenciação das SAG segundo o CPC 07, configurando uma lacuna na literatura.

Embora essas pesquisas tenham contribuído para a compreensão da importância das SAG nos resultados empresariais, ainda há necessidade de ampliar o escopo desses estudos para além das empresas, incluindo outras instituições e setores que também recebem subsídios governamentais. Observa-se, ainda, a predominância de pesquisas sobre incentivos fiscais e tributários nas empresas, havendo lacunas quanto a outros tipos de SAG, inclusive no que se refere a incentivos culturais e tecnológicos.

Verifica-se, sobretudo em artigos internacionais, interesse pelo impacto da concessão de incentivos em empresas com atividades de caráter socioambiental, indicando potencial para futuras investigações nessa área. Por fim, ressalta-se que os estudos não trataram de forma significativa das SAG sob a perspectiva contábil, deixando uma ampla gama de aspectos a serem explorados pelos pesquisadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou investigar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, o estado da arte da produção científica sobre SAG no contexto brasileiro, a partir da adoção do CPC 07, no período de 2008 a 2024.

A partir dos resultados obtidos, observou-se uma predominância significativa de trabalhos desenvolvidos em coautoria, cujos autores são, em sua maioria, do gênero masculino e possuem pós-graduação *stricto sensu*. Do ponto de vista metodológico, as pesquisas quantitativas, descritivas, com procedimentos documentais e bibliográficos, foram as mais frequentes. Quanto às temáticas, estas se concentraram na sustentabilidade socioambiental, na evidência contábil, na estratégia empresarial e na sustentabilidade de produtos. Assim, percebe-se a abrangência do tema e sua possibilidade de abordagem sob diferentes perspectivas.

Entre as mudanças percebidas nas empresas com a adoção do CPC 07, destacou-se que a divulgação de subsídios, embora tenha se tornado obrigatória, ainda não é realizada de forma satisfatória e integral, gerando preocupações quanto ao uso adequado dos recursos governamentais. Observa-se, nos estudos, uma associação entre maior evidência de subvenções e indicadores financeiros mais positivos, apesar das disparidades na divulgação, as quais ainda não foram totalmente exploradas pela literatura. Melillo, Bragança e Medeiros (2019) ressaltam, ainda, que o reconhecimento pelo regime de competência oferece maior estabilidade financeira e melhora os indicadores econômico-financeiros, sendo essencial para a tomada de decisões gerenciais e para a obtenção de empréstimos.

A partir da análise dos trabalhos, destaca-se a predominância do incentivo fiscal entre os tipos de SAG no Brasil, sendo este o mais analisado nos artigos, evidenciando uma lacuna de pesquisa para estudos futuros, em razão da existência de outros benefícios que ainda não foram investigados. Infere-se que a existência de normas técnicas, como o CPC 07, facilita o uso das SAG no Brasil, e que a transparência incentiva gestores públicos a realizarem mais repasses, em virtude do maior controle e da adequada aplicação dos recursos públicos. Apesar disso, a variabilidade e a complexidade do sistema tributário brasileiro foram identificadas como as principais barreiras à utilização eficiente das SAG.

Para futuras agendas de pesquisa, recomenda-se a investigação mais abrangente das razões pelas quais as empresas não cumprem as normas do CPC 07, bem como a comparação entre entidades de diferentes regiões, a fim de identificar variáveis determinantes da eficiência na evidência das SAG. Sugere-se, ainda, a ampliação do foco das pesquisas para incluir não apenas empresas, mas também outras instituições e setores beneficiados por SAG, além da expansão das análises para outros tipos de subsídios governamentais, especialmente os de natureza cultural e tecnológica, que permanecem pouco explorados.

Destaca-se que o estudo apresenta limitações inerentes ao seu escopo metodológico, especialmente no que se refere ao recorte temporal adotado e à base de dados selecionada para a coleta das publicações. Nesse sentido, os resultados refletem exclusivamente o conjunto de estudos disponíveis nesse intervalo e nessa base específica, podendo não abranger a totalidade da produção científica sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- Araújo, R. A. M., Leite, K. K. M., & Leite, P. A. M., Filho. (2019). Influência da condição financeira nas subvenções governamentais dos estados brasileiros em cenário de crise econômica. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 38(3), 1-18. <https://doi.org/doi:10.4025/enfoque.v38i3.43027>
- Batistella, A. J., & Einsweiller, A. C. (2021). Influência da Subvenção e Assistência Governamental no Desempenho das Empresas Listadas na B3. *Gestão e Sociedade*, 15(41), 4064-4087. <https://doi.org/doi:10.21171/ges.v15i41.3119>
- Benetti, K., Benetti, K., Utzig, M. J. S., Braun, M., & Oro, L. M. (2014). Evidenciação de subvenção e assistência governamentais das empresas na BM&FBOVESPA. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(1), 75-90.
- Brito, T. L. F., Islam, T., Stettler, M., Mouette, D., Meade, N., & Santos, E. M. (2019). Transitions between technological generations of alternative fuel vehicles in Brazil. *Energy Policy*, 134, 110915. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.110915>
- Cavalcanti, M., Szklo, A., Machado, G., & Arouca, M. (2012). Taxation of automobile fuels in Brazil: Does ethanol need tax incentives to be competitive and if so, to what extent can they be justified by the balance of GHG emissions?. *Renewable Energy*, 37(1), 9-18. <https://doi.org/10.1016/j.renene.2011.06.005>

- Chagas, M. J. R., Araujo, A. O., & Damascena, L. G. (2011). Evidenciação das subvenções e assistências governamentais recebidas pelas oscips: Uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Revista Ambiente Contábil*, 3(2), 100-115.
- Chagas, M. J. R., Cavalcante, D. S., Travassos, S. K. M., Pinto, S. K. M., & Silva, P. Z. P. (2020). Evidenciação contábil dos recursos auferidos pelas OSCIPs do nordeste brasileiro: um enfoque nas subvenções e assistências governamentais. *Revista Ambiente Contábil*, 12(2), 236-253. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n2ID19282>
- Chen, X., Lee, C. W. J., & Li, J. (2008). Government assisted earnings management in China. *Journal of Accounting and public policy*, 27(3), 262-274. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2008.02.005>
- Colares, A. C. V., Camargos, F. R., & Leite, P. A. (2019). Atendimento ao pronunciamento contábil 07, que trata das subvenções e assistências governamentais nas empresas brasileiras de capital aberto e os efeitos na rentabilidade dessas companhias. *RAGC*, 7(28).
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2010). Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais. <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=38>
- Conforto, E. C., Amaral, D. C., & Silva, S. D. (2011). Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: Aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. *Trabalho Apresentado*, 8, 1-12.
- Crispim, G. (2011). *Subvenção Governamental sob a ótica do CPC 07: Reconhecimento contábil após a Lei 11.638/2007 nas entidades privadas no Estado de Pernambuco* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Drumond Jr, P., de Castro, R. D., & Seabra, J. A. E. (2021). Impact of tax and tariff incentives on the economic viability of residential photovoltaic systems connected to energy distribution network in Brazil. *Solar Energy*, 224, 462-471. <https://doi.org/10.1016/j.solener.2021.06.034>
- Formigoni, H. (2008). *A influência dos incentivos fiscais sobre a estrutura de capital e a rentabilidade das companhias abertas brasileiras não financeiras* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Freitas, L. C., & Bandeira, M. (2022). *Cadernos Didáticos de Métodos de Pesquisa Quantitativa em Psicologia*. Editora Appris.
- Ghorbani, M., Karampela, M., & Tonner, A. (2022). Consumers' brand personality perceptions in a digital world: A systematic literature review and research agenda. *International Journal of Consumer Studies*, 46(5), 1960-1991. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12791>
- Glänzel, W., & Schubert, A. (2001). Double effort = double impact? A critical view at international co-authorship in chemistry. *Scientometrics*, 50(2), 199-214. <https://doi.org/10.1023/a:1010561321723>
- Gonçalves, R. S., Nascimento, G. G., & Wilbert, M. D. (2016). Os efeitos da subvenção governamental frente à elisão fiscal e a geração de riqueza. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15(45), 33-48. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v15n45p34-48>
- Houthakker, H. S. (1972). The control of special benefit programs. In *US Congress, Joint Economic Committee, The Economics of Federal Subsidy Programs—A Compendium of Papers, 92nd Congress, 2nd Session*, Government Printing Office, Washington (pp. 7-12).
- International Accounting Standards Board (IASB). *International Accounting Standard 20: Accounting for government grants and disclosure of government assistance*.
- Jebarajakirthy, C., Maseeh, H. I., Morshed, Z., Shankar, A., Arli, D., & Pentecost, R. (2021). Mobile advertising: A systematic literature review and future research agenda. *International Journal of Consumer Studies*, 45(6), 1258-1291. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12728>
- Katz, J. S., & Martin, B. R. (1997). What is research collaboration? *Research Policy*, 26(1), 118. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(96\)00917-1](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(96)00917-1)
- Kim, K. W. (2006). Measuring international research collaboration of peripheral countries: Taking the context into consideration. *Scientometrics*, 66(2), 231-240. <https://doi.org/10.1007/s11192-006-0017-0>
- Lee, B., & Humphrey, C. (2006). More than a numbers game: Qualitative research in accounting. *Management decision*, 44(2), 180-197. <https://doi.org/10.1108/00251740610650184>
- Li, S., Wu, H., & Jiang, X. (2018). Rent-seeking and firm value: Chinese evidence. *Business and Politics*, 20(2), 239-272. <https://doi.org/10.1017/bap.2017.25>
- Lima, M. C. C., Pontes, L. P., Vasconcelos, A. S. M., Silva, W. A., Junior, & Wu, K. (2022). Economic aspects for recycling of used lithium-ion batteries from electric vehicles. *Energies*, 15(6), 2203. <https://doi.org/10.3390/en15062203>
- Loureiro, D. Q., Gallon, A. V., & De Luca, M. M. M. (2011). Subvenções e assistências governamentais (SAG): evidência e rentabilidade das maiores empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(13), 34-54. <https://doi.org/10.11606/rco.v5i13.34803>
- Macaneiro, M. B., & Cherobim, A. P. M. (2009). O financiamento da inovação tecnológica por meio de programas governamentais de apoio às empresas brasileiras. *RACE- Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 8(2), 291-324
- Mählick, P., & Persson, O. (2000). Socio-bibliometric mapping of intra-departmental networks. *Scientometrics*, 49(1), 81-91. <https://doi.org/10.1023/A:1005661208810>
- Marostica, J., & Petri, S. M. (2017). Custo-benefício dos incentivos fiscais e indicadores de desempenho: um estudo de caso na empresa GRENDENE S/A. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(3), 136-152. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v36i3.33869>
- Melillo, P. H., Bragança, C. G., & Medeiros, R. D. V. V. (2019). Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico. *Revista Ambiente Contábil*, 11(1), 201-219. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2019v11n1ID14344>
- Miranda, M. C., Valdevino, R. Q. S., & Oliveira, A. M. (2020). Subvenção e assistência governamentais: um estudo nas empresas do subsetor de energia elétrica listadas na B3. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 8(3). <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2020v8n3.46406>
- Okoli, C. (2019). Guia para realizar uma Revisão Sistemática de Literatura. *EAD em Foco*, 9(1).
- Ozturk, O. (2021). Bibliometric review of resource dependence theory literature: an overview. *Management Review Quarterly*, 71(3), 525-552. <https://doi.org/10.1007/s11301-020-00192-8>

- Öztürk, O., Kocaman, R., & Kanbach, D. K. (2024). How to design bibliometric research: An overview and a framework proposal. *Review of Managerial Science*, 1-29. <https://doi.org/10.1007/s11846-024-00738-0>
- Paul, J., & Criado, A. R. (2020). The art of writing literature review: What do we know and what do we need to know?. *International Business Review*, 29(4), 101717. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2020.101717>
- Paul, J., Khatri, P., & Kaur Duggal, H. (2023). Frameworks for developing impactful systematic literature reviews and theory building: What, why and how? *Journal of Decision Systems*, 1-14. <https://doi.org/10.1080/12460125.2023.2197700>
- Rocha, A., Silveira, D., Perobelli, F., & Vasconcelos, S. (2019). Modelling the location choice: evidence from an evolutionary game based on regional input–output analysis. *Regional Studies*. <https://doi.org/10.1080/00343404.2019.1619922>
- Saac, D. M. P., & Rezende, A. J. (2019). Análise das características determinantes das empresas que usufruem de subvenções e assistências governamentais. *Revista Universo Contábil*, 15(2), 116-136. <https://doi.org/10.4270/ruc.2019215>
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11, 83-89. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- Santos, F. B., Neto, Magalhães, J. P. M., Souza, J. L., & Parente, P. H. N. (2023). Explorando os diferenciais de disclosure de subvenção e assistência governamentais nas empresas brasileiras listadas na B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 22, 1-17. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202333201>
- Schwartz, G., & Clements, B. (1999). Government subsidies. *Journal of Economic Surveys*, 13(2), 119-148. <https://doi.org/10.1111/1467-6419.00079>
- Sekaran, U., & Bougie, R. (2016). Research methods for business: A skill building approach. *John Wiley & Sons*.
- Silva, R. G. D., & Fischer, F. M. (2008). Government incentives to promote improvement of occupational health and safety: searching for alternatives and possibilities. *Saúde e Sociedade*, 17, 11-21. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000400003>
- Souza, F. J. V., Câmara, R. P. B., Almeida, K. K. N., & Callado, A. A. C. (2019). Evidenciação de subvenções governamentais e geração de valor: um estudo das empresas do setor de utilidade pública listadas na B3. *Reunir - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(1), 12-26. <https://doi.org/10.18696/reunir.v9i1.761>
- Souza, J. L., Parente, P. H. N., Farias, I. F., & Forte, H. C. (2018). Subvenção e assistência governamental em empresas brasileiras com fomento à inovação da FINEP. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(51). <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n51.2565>
- Stark, K. J., & Wilson, D. J. (2006). What do we know about the interstate economic effects of state tax incentives. *Geo. J. & Pub. Pol'y*, 4, 133.
- Tomizawa, H., & Shirabe, M. (2002). Likelihood of overseas access to international co- authorships. *Scientometrics*, 53(1), 123-129. <https://doi.org/10.1023/a:1014840121989>

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO.

ISSN 1678-2089

ISSNe 2178-9258

1. Economia, Administração e Contabilidade – Periódico
2. Universidade Federal do Ceará. FEAAC – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE (FEAAC)**

Av. da Universidade – 2486, Benfica

CEP 60020-180, Fortaleza-CE

DIRETORIA: Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano
José Carlos Lázaro da Silva Filho

SUPORTE ADMINISTRATIVO E DE EDITORAÇÃO

Heloísa de Paula Pessoa Rocha (UFC)

Website: www.periodicos.ufc.br/contextus

E-mail: revistacontextus@ufc.br



A Contextus assina a Declaração de São Francisco sobre a Avaliação de Pesquisas (DORA).



A Contextus é associada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional.

EDITOR-CHEFE

Diego de Queiroz Machado (UFC)

EDITORES ASSOCIADOS

Adriana Rodrigues Silva (IPSantarém, Portugal)
Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio, Brasil)
Allysson Alex Araújo (UFCA, Brasil)
Andrew Beheregarai Finger (UFAL, Brasil)
Armando dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG, Brasil)
Brunno Fernandes da Silva Gaião (UEPB, Brasil)
Carlos Enrique Carrasco Gutierrez (UCB, Brasil)
Carolina Redolfi (Brookes University, Inglaterra)
Cláudio Bezerra Leopoldino (UFC, Brasil)
Elionor Farah Jreige Weffort (FECAP, Brasil)
Ellen Campos Sousa (Gardner-Webb University, Estados Unidos)
Gabriel Moreira Campos (UFES, Brasil)
Georgette Andraz (UALg, Portugal)
Guilherme Jonas Costa da Silva (UFU, Brasil)
Hernan Palau (UBA, Argentina)
Iván Godoy-Flores (UTA, Chile)
Jesús Barrena Martínez (UCA, Espanha)
Jorge de Souza Bispo (UFBA, Brasil)
Leonor Vacas de Carvalho (UEvora, Portugal)
Manuel Aníbal Silva Portugal e Vasconcelos Ferreira (IPLeiria, Portugal)
Manuel Castelo Branco (UP, Portugal)
Márcia Zabdiele Moreira (UFC, Brasil)
Marcos Cohen (PUC-Rio, Brasil)
Marcos Ferreira Santos (Universidad de La Sabana, Colômbia)
Mariluce Paes-de-Souza (UNIR, Brasil)
Miguel Ysrael Ramírez-Sánchez (UAEMéx, México)
Minelle Enéas da Silva (University of Manitoba, Canadá)
Nuno Manuel Rosa dos Reis (IPLeiria, Portugal)
Pedro Jácome de Moura Jr. (UFPB, Brasil)
Pedro Verga Matos (ISEG, Portugal)
Rafael Fernandes de Mesquita (IFPI, Brasil)
Rosimeire Pimentel (UFES, Brasil)
Sonia Maria da Silva Gomes (UFBA, Brasil)
Susana Jorge (UC, Portugal)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Sílvia Rocha Ipiranga (UECE)
Conceição de Maria Pinheiro Barros (UFC)
Danielle Augusto Peres (UFC)
Diego de Queiroz Machado (UFC)
Editinete André da Rocha Garcia (UFC)
Emerson Luís Lemos Marinho (UFC)
Eveline Barbosa Silva Carvalho (UFC)
Fátima Regina Ney Matos (ISMT)
Mario Henrique Ogasavara (ESPM)
Paulo Rogério Faustino Matos (UFC)
Rodrigo Bandeira-de-Mello (FGV-EAESP)
Vasco Almeida (ISMT)

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alexandre Reis Graeml (UTFPR)
Augusto Cezar de Aquino Cabral (UFC)
Denise Del Pra Netto Machado (FURB)
Ednilson Bernardes (Georgia Southern University)
Ely Laureano Paiva (FGV-EAESP)
Eugenio Ávila Pedrozo (UFRGS)
Francisco José da Costa (UFPB)
Isak Kruglianskas (FEA-USP)
José Antônio Puppim de Oliveira (UCL)
José Carlos Barbieri (FGV-EAESP)
José Carlos Lázaro da Silva Filho (UFC)
José Célio de Andrade (UFBA)
Luciana Marques Vieira (UNISINOS)
Luciano Barin-Cruz (HEC Montréal)
Luis Carlos Di Serio (FGV-EAESP)
Marcelle Colares Oliveira (UFC)
Maria Ceci Araujo Misoczky (UFRGS)
Mônica Cavalcanti Sá Abreu (UFC)
Mozar José de Brito (UFL)
Renata Giovino Spers (FEA-USP)
Sandra Maria dos Santos (UFC)
Walter Bataglia (MACKENZIE)